

DANIEL GOMES DE FREITAS: UM OFICIAL REBELDE DO EXÉRCITO IMPERIAL BRASILEIRO*

Hendrik Kraay**

RESUMO

Em outubro de 1837, batalhões do Exército brasileiro, sediados em Salvador, rebelaram-se contra o governo imperial, tomaram a cidade, declararam a Bahia território independente do poder instalado no Rio de Janeiro e proclamaram, nesta província declarada livre, uma República. Este texto tem por objetivo registrar a trajetória de Daniel Gomes de Freitas, oficial do Exército que, durante este movimento rebelde conhecido como Sabinada, desempenhou a função de Ministro da Guerra do governo dos insurrectos. O texto salienta as várias disputas que envolveram diferentes forças políticas e militares do Estado brasileiro no período pós-Independência em torno de questões como a definição de Estado, de nação e de liberdade que deveriam prevalecer no país após o rompimento dos laços que o mantinham submetido ao poder português.

PALAVRAS-CHAVE: Bahia. Brasil Imperial. Rebeliões Anti-imperiais. Sabinada.

* Texto originalmente publicado em inglês com o título “Daniel Gomes de Freitas”. In: BEATTIE, P. M. (Ed.). **The Human Tradition in Modern Brazil**. Wilmington: Scholarly Resources, 2004. p. 5-22. Traduzido para o português por Luiz Otávio de Magalhães. Tradução revista e autorizada pelo autor.

** Professor da Universidade de Calgary, Canadá. E-mail: kraay@ucalgary.ca.

A independência do Brasil é freqüentemente apresentada como um processo pacífico – em contraste com os violentos conflitos que sacudiram a América espanhola – e que, como inúmeros historiadores salientam, ao seu final, poucas mudanças acarretou. O Brasil permaneceu uma monarquia – a Independência foi proclamada, em 7 de setembro de 1822, pelo filho do rei de Portugal – e as características essenciais do regime colonial resistiram por muitos anos após a Independência. A escravidão sobreviveu até 1888, enquanto a discriminação racial, o latifúndio e a dependência econômica ainda persistem.

Todas estas inferências estão corretas, mas é muito provável que as pessoas que viveram no Brasil, ao longo dos anos em que se consolidou a Independência, tenham percebido muitas mudanças em suas vidas, ainda que algumas delas sentissem que tais mudanças eram limitadas e insuficientes. Este parece ter sido o caso de Daniel Gomes de Freitas, jovem cadete do Exército que tomou parte nas lutas pela Independência na província da Bahia e, a seguir, se envolveu apaixonadamente nos violentos embates em favor de reformas liberais, travados logo após a Independência.¹

Daniel Gomes de Freitas nasceu em 15 de setembro de 1806, em Santana, freguesia do centro de Salvador. Nessa época, a cidade contava com cerca de 50.000 habitantes e era uma das maiores de todas as Américas. Salvador era um movimentado centro comercial e, também, um centro administrativo e burocrático. Capital da capitania portuguesa da Bahia, sede do Arcebispado e da Relação, era o principal entreposto comercial do Recôncavo, sua hinterlândia voltada para a produção do açúcar, onde dezenas de milhares de escravos, predominantemente africanos, cortavam e beneficiavam a cana-de-açúcar para, como se fazia há mais de 250 anos, abastecer os mercados europeus. Seus proprietários, os senhores de engenho, constituíam a aristocracia da Bahia. O Recôncavo também produzia tabaco, que encontrava mercado garantido na África ocidental, onde era trocado por cerca de 6.000 escravos que, anualmente, eram trazidos para Salvador. Um pouco mais de um terço da população da cidade era constituído por escravos, que trabalhavam em, praticamente, todas as atividades que se possa imaginar. Um ano após o

¹ As principais fontes a respeito de Daniel Gomes de Freitas são sua pasta de requerimentos no Arquivo Histórico do Exército do Rio de Janeiro (D-5-135) e sua narrativa a respeito da revolta da Sabinada, “Narrativa dos sucessos da Sabinada” (In: **Publicações do Archivo do Estado da Bahia**, 1, 1937, p. 261-333). Existem numerosas referências adicionais a Daniel dispersas nos arquivos do Rio de Janeiro e de Salvador e, também, na imprensa da época.

nascimento de Daniel, escravos africanos desencadearam a primeira de uma série de rebeliões que iriam abalar Salvador e seu entorno até 1835, quando escravos africanos fiéis ao islamismo promoveram a maior entre todas as revoltas urbanas de escravos nas Américas.

A escravidão imprimiu marcas profundas na sociedade em que nasceu Daniel Gomes de Freitas. Essa sociedade se encontrava estruturada em hierarquias sociais complexas e intrincadas, com uma minoria de escravos crioulos (nascidos no Brasil) que, geralmente, desfrutavam de privilégios em relação aos africanos. Por volta de 1800, o número de afro-brasileiros livres praticamente se equiparava ao de escravos, e, nos poucos censos realizados nesses anos, somente uma minoria da população era classificada como “branca”. Essa minoria branca dominava a sociedade baiana, mas alguns dentre seus integrantes se mostravam cada vez mais preocupados com o avanço de indivíduos das que chamavam “classes de cor”. Além da ameaça de que as revoltas escravas viessem a transformar a Bahia em um novo Haiti – a colônia francesa devotada à exploração do açúcar, devastada pelas rebeliões de escravos na década de 90 do século XVIII –, negros livres e mulatos haviam se envolvido, em 1798, em uma conspiração que, entre seus objetivos declarados, aspirava o fim da discriminação racial entre os homens livres (os conspiradores não chegaram, de fato, a reivindicar o fim da escravidão). Além disso, em 1808, a Inglaterra suprimiu o tráfico de escravos para suas colônias e passou a pressionar outras nações, inclusive Portugal, a fazer o mesmo. Tal medida poderia acarretar o desastre da economia brasileira, uma vez que as condições de vida e de trabalho nos engenhos de açúcar eram de tal maneira severas que inibiam a reprodução natural das populações escravas, o que levava à necessidade permanente de importação de novas levas de africanos.²

Menos de dois anos depois do nascimento de Daniel, a cidade de Salvador hospedou a rainha Maria I (já próxima da completa insanidade) e João, seu filho e príncipe regente, juntamente com toda sua corte. Eles saíram em fuga de Lisboa, no fim de 1807, pouco antes da chegada dos invasores franceses. No período de sua permanência em Salvador, João baixou um importante decreto, determinando a abertura dos portos brasileiros ao comércio com todas as “nações amigas” o que, em termos efetivos,

² Quatro livros apresentam as características essenciais da sociedade na qual Daniel viveu: Kraay (2001); Reis (2003); Barman (1988); Mattos (2000).

representou o fim do monopólio comercial português (elemento-chave do *status* colonial do Brasil). Infelizmente, pela ótica da elite baiana, João resolveu transferir-se para o Rio de Janeiro, capital do vice-reino, onde edificou um amplo aparato governamental que atenderia a todo o império português. Em 1815, ele elevou o Brasil a um *status* político equivalente ao de Portugal e, com a morte de sua mãe em 1816, finalmente tornou-se rei João VI.

Ainda criança, Daniel nada deveria entender sobre estas mudanças mais amplas que aconteciam a seu redor; quanto a seus pais, é provável que estivessem mais preocupados com a frágil saúde do filho. Temendo por sua vida, Luiz José Gomes e Rosa Maria do Espírito Santo trataram de batizá-lo – em casa, não na igreja da paróquia; eles não eram casados, o que significa que Daniel era um filho “natural”, uma condição intermediária entre a descendência legítima e a bastarda. O fato de Daniel não ostentar o sobrenome seja do pai, seja da mãe, não é surpreendente, uma vez que as práticas correntes no Brasil para designação dos nomes dos indivíduos eram bastante flexíveis. É presumível que seus pais, posteriormente, tenham vindo a se casar, ato que acarretaria a “legitimação” de Daniel: este casamento pode ser inferido pelo fato de que ele se tornou, mais tarde, um cadete do Exército, posto para o qual era requerido o *status* de filho legítimo. Pouco mais do que isto podemos saber a respeito de seu pai e sua mãe, a não ser que tiveram muitos filhos: em 1826, Daniel refere-se a duas irmãs e três irmãos, aos quais sustentava, juntamente com sua mãe, sua avó e seu pai, já idoso. A sua certidão de batismo, existente nos arquivos do Exército, omite uma informação vulgarmente incluída neste tipo de documento: a indicação de sua cor. Daniel pode bem ter tido ascendência africana, uma vez que o hábito de adotar sobrenomes ligados a práticas de devoção (como “Espírito Santo”, o sobrenome de sua mãe) era comum entre os afro-brasileiros; por outro lado, o Exército brasileiro não tinha o hábito de anotar informações sobre a cor de seus oficiais, considerando todos como “brancos”.

Em agosto de 1821, Daniel alistou-se voluntariamente ao Exército, afirmando ter quinze anos de idade. Ele assentou praça no regimento da artilharia de Salvador e, em setembro, foi reconhecido segundo-cadete. Tal admissão induz a uma importante informação acerca de seu pai, pois, de acordo com a legislação que, em 1820, modificou o rol de exigências para ingresso na classe de cadetes, o grau de segundo-cadete era reservado aos

filhos de oficiais das milícias ou do Exército que tivessem alcançado no máximo o posto de major (filhos de nobres e de oficiais superiores do Exército tornavam-se primeiros-cadetes). Infelizmente, não foi possível localizar nenhum oficial do Exército ou das milícias com o nome de Luiz José Gomes, em Salvador, durante este período, mas é possível que ele tivesse assumido funções em alguma milícia suburbana. O fato de Daniel ter se tornado cadete também permite inferir que ele sabia ler e escrever, além de dominar os princípios elementares da aritmética. Poucas crianças recebiam educação primária naquela época, e isto sugere que a família de Daniel poderia ser classificada como integrante da diminuta classe média de Salvador (ainda que, provavelmente, ela estivesse situada nos estratos inferiores dessa camada social).

Daniel deve ter escolhido a artilharia em função das oportunidades educacionais que ela oferecia. Nesse regimento, desde meados do século XVIII, cursos de engenharia (voltados ao estudo das fortificações) e de matemática eram correntes, uma vez que seus cadetes e oficiais de baixa patente tinham que adquirir o treinamento técnico necessário para operar a equipagem da artilharia. Em função disso, alguns historiadores vêem a artilharia como um segmento do Exército que facilitava a mobilidade social ascendente. Daniel, provavelmente, não teve muito tempo disponível para o estudo ao longo da década de 1820, mas, a partir de meados da década seguinte, acompanhou aulas e cursos e pleiteou realizar exame de qualificação para ascender ao posto de primeiro-tenente.

Tendo se alistado na guarnição local, Daniel esperava permanecer próximo a sua família. Ao longo do século e meio precedente, as tropas de Salvador deixaram a Bahia apenas uma vez para, numa breve missão no Rio de Janeiro, reforçar a capital em razão de uma ameaça de guerra contra a Espanha. Oficiais e soldados não trabalhavam pelo Exército, na ausência de um termo mais apropriado, em regime de tempo integral. Soldados normalmente gozavam de longos períodos de folga, durante os quais trabalhavam como artesãos, enquanto que os oficiais freqüentemente se arriscavam no comércio. É muito provável que Daniel tenha continuado a morar em casa, somente permanecendo no quartel quando designado para serviços específicos.

Quando Daniel se alistou no Exército, mudanças políticas dramáticas abalavam o mundo luso-brasileiro. No final de 1820, uma revolução liberal

na cidade do Porto, em Portugal, pôs fim ao absolutismo monárquico de João VI. Os ideais liberais que propalavam o governo constitucional, a liberdade de imprensa e a igualdade de direitos (para os homens livres) atraíram muitas pessoas no Brasil e, em fevereiro de 1821, oficiais da artilharia comandaram uma rebelião que destituiu o governador e capitão-general, proclamando a lealdade da Bahia ao regime liberal português. A nova junta se comprometeu a enviar deputados para o parlamento, as Cortes, que deveria redigir uma nova constituição para a nação portuguesa, então compreendida como entidade que abarcava todos os súditos do rei, quer vivessem eles em Portugal, no Brasil, ou em qualquer das colônias da África e da Ásia. Tanto as tropas locais sublevadas (que incluíam a artilharia), quanto um regimento da infantaria portuguesa estacionado em Salvador desde 1819 apoiaram decididamente o regime liberal; porém, no momento em que Daniel se alistou, as relações entre baianos e portugueses estavam se deteriorando rápida e acentuadamente. O contexto mais amplo que explica tal degeneração pode ser delineado pelos muitos interesses que, em Portugal, levavam algumas pessoas a sentir que a metrópole havia sido reduzida à condição de colônia do Brasil. Os liberais ordenaram a João que retornasse a Lisboa, o que ele tratou de cumprir, e delinearum um governo unitário para o conjunto do império português, o que significava que muitas das instituições de governo estabelecidas no Brasil desde 1808 deveriam ser desmanteladas. Uma vez que a maior parte dessas instituições estava localizada no Rio de Janeiro (e não em Salvador), os baianos que aspiravam à autonomia local não foram, inicialmente, afetados. Mas, as relações entre as tropas baiana e portuguesa, esta última reforçada por contingentes vindos de Lisboa ao longo de 1821, estavam cada vez mais tensas. As tropas portuguesas encaravam com desprezo suas contrapartes brasileiras, freqüentemente insultando-as com ofensas raciais, enquanto os brasileiros respondiam zombando do orgulho ostentado pelos soldados portugueses por sua pele branca. Uma figura-chave na definição dos rumos políticos da guarnição, nessa época, foi o tenente-coronel Manoel Pedro de Freitas Guimarães. Ele era, em fevereiro de 1821, o tenente-coronel do regimento de artilharia; porém, graças ao papel que desempenhou no golpe, terminou alçado, por aclamação popular, ao posto de comandante da tropa. Freitas Guimarães (que não tinha qualquer parentesco com Daniel) era uma figura carismática que, segundo se dizia, encorajou o alistamento, na artilharia,

de indivíduos que partilhavam suas opiniões políticas, especialmente sua antipatia pelos portugueses e sua defesa de uma maior autonomia para a Bahia (ou para o Brasil). Contudo, Freitas Guimarães sofria de surtos periódicos de doença mental (ele terminou sendo declarado legalmente insano ainda nos anos 1820), e isto limitava seu ativismo político.

A agitação atingiu seu ponto culminante em fevereiro de 1822, quando o governo liberal de Lisboa, coerente com seu objetivo de estabelecer uma autoridade centralizada para o mundo português, exerceu seu poder de nomeação dos comandantes das guarnições, fazendo com que Freitas Guimarães fosse substituído pelo comandante do regimento português, Inácio Luiz Madeira de Melo. Os muitos partidários de Freitas Guimarães não toleraram tal atitude, e os esforços despendidos para obter uma conciliação entre os dois partidos terminaram por fracassar. Em fevereiro de 1822, a luta irrompeu entre as tropas baiana e portuguesa em Salvador: vários civis se aliaram ao regimento da artilharia, aquartelado no Forte de São Pedro, onde resistiram por dois dias. Antes que o forte capitulasse, a maioria dos baianos combatentes em favor da autonomia local, inclusive Daniel, fugiu para o Recôncavo; Freitas Guimarães foi capturado e levado, em correntes, para Lisboa.

Pouco sabemos sobre os acontecimentos dos cinco meses seguintes. As forças locais levaram sua campanha anti-Portugal para o interior, enquanto Madeira de Melo tratou de se fortalecer em Salvador. Para os senhores de engenho, a situação era profundamente inquietante, em função do potencial para eclosão da desordem. Entre o final de junho e o início de julho de 1822, um grupo de senhores de engenho estabeleceu um Conselho Interino de Governo, declarou lealdade a Pedro (que em breve se tornaria Imperador do Brasil) e organizou o que chamaram de “Exército Pacificador”, que deveria cercar Salvador e, a julgar por sua designação, assegurar a ordem no interior. Os soldados e oficiais que haviam se dispersado em fevereiro logo se agruparam em Cachoeira, onde o Conselho se reunia, e Daniel lá se apresentou em 7 de julho. A criação do Exército Pacificador era uma empreitada difícil, pois as forças locais contavam com poucas armas e equipamentos – carências que nenhum acúmulo de entusiasmo seria capaz de compensar. Mesmo com estas dificuldades, eles obtiveram uma primeira vitória ao impedir uma força naval portuguesa de desembarcar em Cachoeira e, na seqüência, gradualmente

apertaram o cerco a Salvador. Pedro I enviou armas, tropas e um general francês, Pierre Labatut, para comandar as forças locais. Pouco depois de Labatut e as tropas do Rio de Janeiro tomarem posição nas cercanias de Salvador, Madeira de Melo lançou-se ao ataque. A Batalha de Pirajá (8 de novembro de 1822) foi uma seqüência de disputas corpo-a-corpo. A sorte começou a ser definida, de acordo com uma versão várias vezes repetida, quando um corneta das forças patriotas tocou, inadvertidamente, avançar cavalaria e degolar. Os portugueses, temendo pelo pior, recuaram apressadamente, procurando o refúgio de suas fortificações. Cerca de 300 homens morreram na batalha, um número insignificante de vítimas pelos parâmetros europeus, mas, aos olhos dos brasileiros, que jamais haviam experimentado ações de guerra nesta escala, isto representava uma chocante perda de vidas. Daniel deve ter se destacado nas ações daquele dia, uma vez que, oito dias depois, foi promovido ao posto de segundo-tenente, pelas mãos de Labatut – que patrocinou várias promoções no final daquele mês de novembro.

Durante o restante da guerra Daniel saiu de cena, mas deve ter acompanhado todas as mudanças que o conflito acarretou. Assistiu-se a uma mobilização popular em escala até então totalmente desconhecida na Bahia: em julho de 1823 contavam-se cerca de 15.000 homens em armas. Havia muitas exortações em favor da luta pela liberdade – algo que, é claro, tinha diferentes significados para diferentes pessoas. Muitos escravos aproveitaram-se da confusão para fugir de seus donos, e alguns deles terminaram por se juntar às forças do Exército Pacificador. Labatut tratou de recrutar, para o Exército, escravos confiscados de proprietários portugueses (a contragosto do Conselho, que considerava esta prática extremamente perigosa); depois da guerra, o governo brasileiro estabeleceu um acordo mediante o qual a liberdade desses homens viria acompanhada do pagamento de indenização a seus proprietários. A retórica anti-Portugal atingiu níveis extremos ao longo da guerra, e vagas propostas de reformas radicais corriam pelos acampamentos das forças locais, expressas principalmente em rumores a favor da igualdade perante a lei e da definição dos direitos do cidadão. Para os senhores de engenho que dominavam o Conselho tudo isto era preocupante, o que os levava a, vez por outra, ordenar a prisão de indivíduos considerados desordeiros, inclusive um cirurgião do Exército, Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira. O estilo autoritário de Labatut e sua incapacidade de lidar com

as prerrogativas dos senhores de engenho da Bahia levaram à sua destituição, por iniciativa dos oficiais de alta patente, em maio de 1823; seu posto passou a ser ocupado pelo comandante das tropas do Rio de Janeiro.

Em 2 de julho de 1823, os portugueses, sitiados, contavam com mantimentos suficientes apenas para prover seus navios para uma viagem a Lisboa e, em função disso, decidiram abandonar a cidade de Salvador. Os integrantes das forças locais, ainda cobertos de lama, marcharam pela cidade naquela mesma tarde. Meses mais tarde, em setembro, o Exército Pacificador foi desmobilizado e organizou-se um exército regular. Daniel foi nomeado para a artilharia, onde, como segundo-tenente, deve ter se ocupado com tarefas administrativas rotineiras relativas à sua companhia, inspecionando os serviços da guarnição, entre os quais – sua atividade principal – o de manter guardas espalhadas pela cidade. Sob muitos aspectos, Daniel, que contava com apenas dezessete anos, podia se considerar bem-sucedido. Ele sobreviveu à guerra e obteve uma patente de oficial que lhe garantiria um soldo pelo resto de sua vida. Na década anterior, Daniel teria precisado de algo em torno de sete a dez anos para sair das graduações inferiores e alcançar a graduação de segundo-tenente. Porém, Daniel e muitos outros oficiais da guarnição que haviam sido promovidos no campo de batalha não estavam satisfeitos.

De fato, a Independência havia sido conquistada, mas isto assinalava apenas o início de uma nova batalha, que muitos tencionavam enfrentar: a disputa em torno do caráter do novo Estado e da nova sociedade que deveriam emergir a partir deste momento. A maior parte das questões essenciais não fora adequadamente considerada em 1822 e em 1823. Como, por exemplo, seria concebida a relação entre o Imperador Pedro I e o povo brasileiro? Quais estratos da sociedade comporiam a nação brasileira? Que direitos seriam conferidos aos cidadãos? Pedro convocou uma Assembléia Constituinte, mas a dissolveu abruptamente no final de 1823, quando esta produziu um esboço de Constituição que não correspondia às suas preferências. Em março de 1824, ele outorgou sua própria Constituição, um documento que preservava a maior parte de suas prerrogativas de poder, incluindo o assim denominado “poder moderador”, que garantia ao monarca o direito de fechar o parlamento e de convocar novas eleições. Por outro lado, o texto outorgado por Pedro I incluía uma longa relação de direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, o que era extremamente raro nas constituições

contemporâneas. Ficavam estabelecidos, por exemplo, o princípio da igualdade perante a lei e a igualdade na admissão aos cargos públicos, baseada exclusivamente na exibição do mérito. Tais dispositivos, é evidente, não eram extensivos aos escravos; a rigor, o documento ignorava quase completamente a existência da escravidão, com exceção de umas poucas cláusulas que restringiam os direitos políticos dos libertos. Apesar de haver outorgado uma Constituição redigida de acordo com seus interesses, Pedro demonstrou ser um monarca debilmente devotado ao respeito constitucional e se envolveu em contínuas disputas com o parlamento.

Os detalhes mais específicos da Constituição, em linhas gerais, pouco afetavam a vida dos brasileiros comuns, mas as cláusulas que estabeleciam a igualdade perante a lei e a igualdade na possibilidade de acesso aos cargos públicos tornaram-se uma espécie de pedra de toque para um setor composto por homens livres, não brancos, que experimentavam alguma ascensão social e que as utilizariam para questionar a discriminação que cotidianamente enfrentavam. Outras matérias tratadas pela Constituição igualmente estavam presentes nas aspirações políticas populares. A Carta garantia o direito à cidadania brasileira a todos os portugueses que não houvessem lutado contra a Independência; muitos brasileiros, porém, desejavam livrar o país dos residentes nascidos na antiga metrópole. No Exército, vários tenentes da guarnição de Daniel, a maioria dos quais fora promovida durante a guerra, pretendiam simplesmente remover da corporação os oficiais portugueses, o que possibilitaria, é claro, maior facilidade para as promoções dos brasileiros. O sentimento antiportuguês tinha, ainda, uma origem mais mundana, se bem que importante: os nativos de Portugal dominavam o pequeno comércio e tinham reputação de lojistas extorsivos, o que os tornavam alvo dos revoltosos nos momentos de agitação social. A Constituição estabeleceu um sistema centralizado de governo, mas muitos acreditavam que um sistema mais descentralizado – ou, como diziam os brasileiros, um sistema federalista de governo – era mais conveniente aos interesses locais e, além do mais, ofereceria maiores oportunidades aos baianos não diretamente relacionados à elite imperial. Reclamações contra impostos que somente serviam para sustentar os cortesãos do Rio de Janeiro também estavam presentes no discurso liberal radical (ou exaltado). Após a Independência, as agitações escravas continuaram na Bahia, verificando-se, periodicamente, rebeliões de destaque conduzidas

por negros africanos. Inúmeros observadores informam que os discursos de liberdade em relação ao domínio português foram interpretados, pelos escravos, como possibilidade de se verem livres de seus proprietários. Um residente espanhol, por exemplo, calculava, angustiado, que, no prazo de três anos, “a raça branca acabará às mãos das outras castas, e a província da Bahia desaparecerá para o mundo civilizado” (SIERRA Y MARISCAL, 1920-1921, p. 65).

É difícil determinar como se posicionou Daniel durante a agitação política que marcou o início da década de 1820. Seu nome não aparece nas principais crônicas dos eventos políticos daqueles anos; talvez, em função de sua juventude, ele fosse, nessa época, mais um seguidor do que um líder. Ele se esquivou do destino que atingiu cerca de meia dúzia de tenentes, expulsos do Exército, em 1824, sob a alegação de adotarem comportamento demasiadamente indisciplinado e politizado. Por causa desta medida, o governador das armas (o comandante da guarnição), Coronel Felisberto Gomes Caldeira, tornou-se figura extremamente impopular e, em 25 de outubro de 1824, soldados e oficiais subalternos de um batalhão de infantaria se amotinaram. Este batalhão, conhecido como “Periquitos” (em razão dos ornamentos verdes e amarelos de seus uniformes), contava, em suas fileiras, com um número significativo de escravos que se tornaram livres, graças a seu serviço militar, depois da guerra. A principal reivindicação dos amotinados era o retorno de um comandante popular, um homem que apoiasse o ideário político radical; o brutal assassinato de Caldeira contribuiu, talvez, para enfraquecer os conspiradores, e o movimento se degenerou em um confronto envolvendo os Periquitos e um crescente contingente das forças legalistas, que se viu obrigado a deixar Salvador. Entretanto, passado um mês, aproximadamente, os rebelados se entregaram, e o governo tratou de, rapidamente, transferir da Bahia os soldados considerados inconvenientes.

Daniel estava suficientemente relacionado com os amotinados a ponto de ser processado pelas autoridades militares mas, em sua defesa, alegou que as acusações eram derivadas, principalmente, da antipatia que alguns oficiais e cadetes nutriam em relação a ele. Dois oficiais da infantaria – um major e um alferes – serviram como “bode expiatório” e foram executados, em praça pública, no início de 1825. Daniel escapou deste destino, mas seu caso

³ Narrativa dos sucessos da Sabinada. *Publicações do Archivo do Estado da Bahia*, 1, 1937, p. 275.

arrastou-se pelos foros militar e civil até fevereiro de 1828, quando foi finalmente absolvido, assim como a maioria dos oficiais que haviam sido presos e levados a julgamento. Nesta época, o Brasil estava em guerra com a Confederação Argentina, disputando o controle da região que se tornaria, posteriormente, a república independente do Uruguai. Daniel logo apresentou-se à sua unidade, agora designada Sétima Artilharia, mas, ao que parece, não participou diretamente dos combates (muito tempo depois, um outro oficial insultou Daniel afirmando que ele, durante a guerra, somente servira em “presigangas [navios de prisão] e em abóbadas [masmorras das fortalezas]”).³ A julgar por seus requerimentos, Daniel tinha outras, e mais urgentes, preocupações profissionais. Em 1826, enquanto ele se encontrava na prisão, o Imperador Pedro I visitou a Bahia e concedeu uma promoção generalizada, de meia patente, para todos os oficiais da província (com exceção, é claro, daqueles que se encontravam prisioneiros). Em função de sua absolvição, Daniel passou a se considerar merecedor desta promoção, com a conseqüente recuperação retroativa de sua antigüidade na carreira militar. Sem ter atendida esta reivindicação, ele permaneceria o último a ser promovido, em função da importância dos critérios de antigüidade no interior do Exército brasileiro. Alguns oficiais chegaram a receber promoções retroativas ao longo da década de 1820, mas o caso de Daniel se estendeu até 1831, quando uma comissão especial, encarregada do exame de todos os processos desta espécie que permaneciam pendentes, determinou que ele deveria receber a promoção.

Enquanto isto, os resultados da guerra não eram favoráveis ao Brasil e, no final de 1828, o governo britânico articulou uma trégua que resultou na criação do Uruguai. As tropas baianas, presumivelmente, esperavam retornar para casa; Pedro I, porém, reteve-as no Rio de Janeiro e em outras praças do Sul do país, enquanto Salvador recebia contingentes de soldados vindos de outras províncias. Aparentemente, o imperador acreditava que esta iniciativa contribuiria para enfraquecer os laços dos oficiais com suas províncias de origem, tornando-os mais leais ao regime imperial, mas o resultado pareceu ter sido o oposto do pretendido. Oficiais e seus familiares passaram por consideráveis privações e muitos se queixaram de que não poderiam cuidar de seus interesses particulares enquanto permanecessem afastados da Bahia. Uma vez que a guerra estava acabada, eles não enxergavam qualquer razão para serem mantidos longe de suas casas.

O ano de 1831 trouxe numerosas e repentinas mudanças na vida política do Brasil e da Bahia. Defrontando-se com uma crescente oposição dos liberais moderados no parlamento e, ainda, dos exaltados que ocasionalmente tomavam as ruas do Rio de Janeiro, Pedro I decidiu, subitamente, abdicar do poder em 7 de abril de 1831. Um governo parlamentar moderadamente liberal assumiu, em nome do Imperador Pedro II (então com apenas cinco anos de idade), o poder no Rio de Janeiro e instituiu numerosas mudanças na sociedade brasileira, entre elas uma importante devolução de prerrogativas de poder para os governos provinciais e reformas significativas na organização do Exército. O governo regencial e liberal reduziu as dimensões do Exército, fez com que seus batalhões retornassem a suas províncias de origem e criou uma milícia civil, a Guarda Nacional, numa estratégia destinada a dar mais poderes aos setores civis e substituir as milícias controladas pelo Exército. Em meados de 1831, Daniel e o batalhão da artilharia estavam de volta a Salvador, uma cidade que passava por período de turbulência. Na época da abdicação, foram registrados vários tumultos, de grandes proporções, marcados pela retórica anti-lusitana, que levaram à renúncia do Presidente da Província e do comandante das armas. Inúmeros panfletos exaltados apareceram na cidade, insuflando os sentimentos hostis aos portugueses e exigindo o federalismo e a igualdade perante a lei. Cipriano José Barata de Almeida, um dos mais renomados defensores da reforma liberal, havia sido, recentemente, feito prisioneiro mediante falsas acusações de fomentar uma revolta de escravos africanos.

O retorno das tropas baianas – e, particularmente, de oficiais como Daniel, ainda sob suspeita em função do papel que desempenharam em 1824 – preocupava as autoridades provinciais. Estas resolveram isolar a artilharia em suas casernas tradicionais, no Forte de São Pedro, e, desta forma, limitar o contato dos soldados com a população civil. Este tratamento em muito perturbou os soldados que, naturalmente, desejavam retomar contato com amigos e familiares na cidade. Na noite de 31 de agosto de 1831, eles se rebelaram, declarando que não mais aceitariam dormir nos quartéis, comer nos refeitórios, nem trajar suas fardas com gravatas de couro e, ainda, que esperavam se ver livres de quaisquer acusações. Aparentemente, Daniel simpatizava com as reivindicações de seus soldados, já que ele foi preso no dia seguinte, acusado de cumplicidade com os amotinados. Para Daniel, a

ocasião não poderia ser pior; naquele mesmo dia, a comissão encarregada de examinar as reclamações que envolviam preterições havia determinado que ele deveria ser promovido e recuperar, efetivamente, o tempo de serviço que havia perdido enquanto esteve preso na década anterior. Quando essa boa notícia chegou a Salvador, Daniel estava encarcerado, respondendo a um conselho de guerra, e não poderia ser promovido. Enquanto permaneceu na prisão, Daniel se manteve, sem dúvida, informado sobre duas outras rebeliões de exaltados – uma sublevação malograda de um batalhão da infantaria, em outubro de 1831, e uma revolta federalista de curta existência que chegou a tomar a cidade de Cachoeira no início de 1832. Ao final, todos aqueles que se encontravam presos, acusados de cumplicidade com as várias revoltas liberais e federalistas, inclusive Daniel, foram transferidos para o forte localizado no porto de Salvador, a mais segura prisão da província.

Daniel iria aparecer, no início de 1833, pela primeira vez, como líder de uma revolta, quando os prisioneiros assumiram o controle do forte – aparentemente como parte de uma conspiração liberal-federalista mais ampla, que aspirava tomar a cidade de Salvador. Durante três dias, os prisioneiros trocaram fogo com as baterias posicionadas em terra. O número de mortos foi reduzido, mas os prejuízos materiais foram significativos. Quando os revoltosos perceberam que sua situação era insustentável, içaram uma bandeira branca de rendição, em substituição ao estandarte federalista, azul e branco, que haviam concebido. Esta revolta é particularmente interessante por conta de um minucioso manifesto que seria encontrado mais tarde, no qual se evidencia que os rebeldes se dedicaram a pensar e imaginar os esboços da nova sociedade que aspiravam. Cipriano Barata, já idoso, exerceu, provavelmente, certa influência na elaboração desse manifesto, já que era o mais destacado intelectual entre os líderes exaltados (embora não tivesse tomado parte no conflito). Falando, em nome do povo, contra os aristocratas, os revoltosos reivindicavam o estabelecimento de um governo provisório, a escolha do Presidente da Província mediante eleição popular, a libertação dos prisioneiros políticos e a completa liberdade de imprensa. Assim como as manifestações liberais e radicais anteriores, esta também exibia conotações hostis aos portugueses, notadamente em suas propostas de exclusão dos nativos da antiga metrópole do comércio a varejo e do serviço público. A revolta tinha também declarado o objetivo de aperfeiçoar o abastecimento de

alimentos na cidade de Salvador, de forma a erradicar a circulação de moeda falsificada e os atravessadores, que prejudicavam particularmente os setores mais pobres da população.

Os rebeldes também preconizavam uma reforma econômica mais profunda, reivindicando o fim do morgadio (raro no Brasil) e a redistribuição de terras aos nascidos no Brasil, que se encarregariam de garantir o uso produtivo das propriedades. Talvez porque seus formuladores tivessem experimentado na própria pele as condições penitenciárias, a demanda por uma reforma penal aparecia com destaque no manifesto, especialmente propostas de mudança na esfera judicial que acentuavam a importância da erradicação do favoritismo e da instituição da igualdade perante a lei, além da garantia de acesso das camadas pobres aos tribunais mediante a eliminação das taxas e honorários que os reclamantes tinham que pagar. Quanto a Pedro I, se ele ousasse retornar ao Brasil, não deveria ser objeto de um processo regular conduzido pelos rebeldes, já que estes autorizavam qualquer brasileiro a matá-lo onde o encontrasse. Todavia, o manifesto também tinha seus limites; em nenhum momento ele menciona a escravidão, e a discriminação racial só é mencionada, indiretamente, na forma da demanda por igualdade perante a lei. Deste modo, Daniel e seus companheiros falavam para os homens livres, não para os escravos. Ao enfatizarem a importância da igualdade e dos processos regulares e imparciais, eles tinham em mira consolidar e ampliar as oportunidades que a constituição de 1824 havia lhes proporcionado.

Dois anos e seis meses depois, Daniel estava fora da prisão e seu nome sob consideração para assumir um dos cargos vagos no batalhão de artilharia da Bahia. Naquele momento, o comandante da guarnição terminou por nomear um oficial menos antigo para o posto. Em 1836, porém, na condição de mais antigo segundo-tenente destituído de cargo, Daniel foi designado para preencher uma outra vaga na Terceira Artilharia. Esta súbita reviravolta da sorte pode ser explicada tanto pela indulgência do sistema legal – que, quase sempre, absolvía conspiradores de “classe média”, como Daniel, depois que estes passassem alguns anos na cadeia – como pela lealdade corporativa dos oficiais do Exército. Nenhum oficial se sentia à vontade para estabelecer um precedente de expulsão de camaradas, já que, em circunstâncias políticas diferentes, tal precedente poderia se voltar contra ele. A dificuldade de Daniel de ocupar um cargo, após ser libertado da prisão, também reflete uma outra

característica da vida dos oficiais durante os anos 30 do século XIX. Com a redução dos efetivos do Exército, iniciada no começo da década, havia um excesso de oficiais; estes homens recebiam soldo e tinham pouco o que fazer, mas não percebiam as gratificações pagas aos oficiais que serviam nos batalhões. Além do mais, por causa do excesso de oficiais e dos apertos orçamentários, o governo decidiu suspender as promoções. Em consequência, os oficiais queixavam-se severamente deste encolhimento do Exército e passaram a nutrir profundos ressentimentos contra o governo regencial. Para os oficiais, a criação da Guarda Nacional civil veio acrescentar o insulto à injúria, uma vez que as milícias anteriores atuavam sob o controle do Exército e muitos oficiais do Exército nelas desenvolviam suas carreiras. No início da década (enquanto Daniel ainda permanecia na prisão), esses oficiais haviam criado uma Sociedade Militar – para fazer *lobby* na defesa de seus interesses – e também um jornal, **O Militar**, que expressava e divulgava suas idéias. Quando Daniel foi solto, tanto o clube quanto o jornal estavam agonizantes, mas os interesses profissionais dos oficiais ainda eram os mesmos.

As reclamações dos oficiais do Exército e a longa tradição de agitações exaltadas e federalistas se combinaram na rebelião da Sabinada que, por um breve período, elevou Daniel à proeminência. As origens desta rebelião, que eclodiu na noite de 6 para 7 de outubro de 1837, permanecem obscuras.⁴ As páginas iniciais das memórias de Daniel relativas à rebelião foram perdidas – muito provavelmente, foram destruídas com o intuito de apagar evidências que poderiam ser incriminatórias. Por causa disto, nada sabemos a respeito do papel desempenhado por Daniel nas atividades preparatórias do movimento, mas deve ter sido relevante, pois nosso personagem assumiu o posto de Ministro da Guerra no governo estabelecido pelos revoltosos. O movimento da Sabinada justificava suas ações, oficialmente, como uma resposta ao Regresso – a reviravolta conservadora do governo imperial em setembro de 1837 –, comprometendo-se a defender os interesses dos liberais radicais. Os dois batalhões do Exército em Salvador apoiaram o movimento, enquanto que a Guarda Nacional encenou uma ineficaz oposição. Uma vez no controle da cidade, os rebeldes reuniram a Câmara Municipal, proclamaram uma república e declararam a Bahia completamente independente do governo do Rio de Janeiro. Como fizeram os federalistas de 1833, eles prometiam eleições e uma

⁴ Sobre a Sabinada, ver Souza (1987) e Kraay (1992).

assembléia constituinte. Os rebeldes também trataram de atender às reivindicações militares, promovendo os principais conspiradores (Daniel saltou quatro graduações na hierarquia militar, indo de segundo-tenente para tenente-coronel) e concedendo promoção de duas graduações para todos os oficiais. Generosos aumentos salariais eram a recompensa de oficiais e soldados. Os rebeldes ainda estabeleceram um governo civil, chefiado por Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira que, oficialmente, ocupou o posto de secretário do governo. Assim como Daniel e Sabino (que emprestou seu nome para designar o movimento), outros integrantes do gabinete governamental rebelde tinham longas histórias de envolvimento na política radical, incluindo o momentaneamente lúcido Manoel Pedro de Freitas Guimarães, que assumiu o posto de Ministro da Marinha.

Quatro dias mais tarde, os intentos declarados dos rebeldes exprimiam uma mudança de orientação. Os rebeldes revisaram a declaração de independência da Província, de forma a limitá-la ao período restante da minoridade de Pedro II, previsto para se encerrar em 1844, quando o imperador completaria 18 anos de idade. Esta inesperada decisão, que acarretou boas doses de zombaria entre os adversários da rebelião, reflete a resistência da monarquia, sua importância simbólica e, talvez, uma esperança de que Pedro II viesse a anular o Regresso quando passasse a exercer, de forma direta, o poder. No restante daquele mês de novembro, os rebeldes foram gradualmente definindo suas aspirações políticas: condenavam a dominação do Brasil pelo governo imperial do Rio de Janeiro e salientavam seu apego à ordem e sua determinação em proteger a propriedade privada. A retórica anti-Portugal uma vez mais ficou em evidência. O governo rebelde aboliu a Guarda Nacional e convocou oficiais e homens ligados às milícias antigamente controladas pelo Exército.

Embora a Sabinada tivesse triunfado em Salvador, ela fracassou em seu intento de se estender pelo Recôncavo. Nesta região, da mesma forma como se verificara em 1822, os senhores de engenho mobilizaram suas forças e passaram a sitiá-la. O governo imperial, que enfrentava rebeliões em outras duas províncias, enviou as tropas que conseguiu dispor e impôs um bloqueio naval à cidade de Salvador. Na condição de Ministro da Guerra, Daniel concentrava a responsabilidade da defesa de Salvador e, mais importante, da preparação de manobras ofensivas, pois tanto ele como outros

oficiais sabiam que, se permanecessem confinados na cidade, teriam o mesmo desastroso destino que coube às tropas portuguesas em 1823. As forças rebeldes, porém, foram especialmente malsucedidas em seus esforços para estender o alcance da rebelião. Um ataque à ilha de Itaparica, situada na Baía de Todos-os-Santos, defronte a Salvador, resultou em fracasso e somente no final da guerra os rebeldes enviaram uma força expedicionária significativa para o Recôncavo que, porém, foi logo dispersada. Sitiadores e rebeldes se firmaram em suas posições e a guerra rapidamente se encaminhou para uma espécie de beco sem saída, no qual se percebia que os rebeldes não tinham chance de vencer.

No início da rebelião, Daniel se viu acometido por um ataque de erisipela, doença infecciosa que lhe dificultava a inspeção regular das frentes de batalha. Ele preferiu, então, supervisionar a importante tarefa de produção de munição. Os arsenais da cidade eram bem equipados para a produção de cartuchos e grandes quantidades de suprimentos existiam à disposição. Segundo Daniel, era necessário aumentar esta produção para que as tropas rebeldes nunca sofressem com a escassez dos suprimentos necessários à guerra.

As memórias de Daniel sugerem a existência de divergências, no interior da liderança rebelde, por causa da estratégia militar, de querelas que envolviam questões de antigüidade e de disputas em torno da política a ser adotada contra indivíduos que tentavam deixar a cidade e contra aqueles que queriam continuar a exercer comércio com a região do Recôncavo. Enfrentando estas divergências conforme a ótica da estratégia e da tática, Daniel se mostrava inclinado a permitir a emigração de mulheres, crianças e idosos, mas não de homens adultos e sadios e nem de escravos que pudessem ser úteis na guerra. Ele também se queixava amargamente da emissão de licenças para exportação de alimentos da cidade sitiada.

Dois problemas principais atormentavam Daniel no início de 1838. À medida que a situação da cidade tornava-se cada vez mais desesperadora, os indivíduos das baixas classes sociais mostravam-se mais incontroláveis, promovendo ataques violentos contra portugueses e tentativas esporádicas de incendiar as propriedades de inimigos da Sabinada e daqueles que (ainda pior do ponto de vista dos plebeus) desertavam da causa. Daniel se dizia horrorizado com estas explosões de fúria por parte daqueles que um médico inglês classificava como uma “multidão enfurecida de negros e mulatos”

(DUNDAS, 1852, p. 395), e freqüentemente destacava tropas para manter a ordem e proteger a propriedade. A escravidão representava um problema mais complexo para Daniel e para as demais lideranças rebeldes. Num primeiro momento, eles pouco se preocuparam com a questão, a não ser quando tratavam de declarar que consideravam a abolição uma “supina estupidez”, possivelmente procurando se desviar das inevitáveis acusações de que estavam promovendo uma rebelião de escravos.⁵ Eles recorreram a escravos estivadores para transportar suprimentos até as trincheiras e, aparentemente, não tinham outros projetos que não o de utilizar a mão-de-obra servil para tais serviços de apoio. No final de dezembro, tornou-se claro, a partir das reclamações de proprietários, que alguns comandantes rebeldes estavam admitindo escravos em suas unidades. Daniel ordenou, repetidas vezes, que tais escravos fossem devolvidos a seus proprietários, especialmente porque tal alistamento estava provocando problemas nas fileiras, verificando-se casos em que homens livres se recusavam a servir lado a lado com escravos. Daniel se posicionou contrariamente à solução adotada pelo governo civil no começo de janeiro – a criação de um batalhão de libertos, formado por escravos nascidos no Brasil, cujos proprietários seriam indenizados mediante o recebimento de metade dos salários desses ex-escravos. No final de fevereiro, o governo rebelde foi mais além e proclamou a liberdade de todos os escravos nascidos no Brasil desde que pegassem em armas na defesa da Sabinada. Daniel também protestou vigorosamente contra esta iniciativa, afirmando que não assumiria quaisquer responsabilidades por suas conseqüências, e implementou-a com extrema relutância.

A recusa de soldados livres em se agregar com escravos e libertos reflete uma das principais fissuras no interior da sociedade brasileira do século XIX, assim como a decisão do governo da Sabinada de conceder a liberdade apenas aos escravos crioulos. Esses correspondiam somente a uma minoria dos escravos de Salvador, dois terços dos quais eram africanos. Ao mesmo tempo em que admitiam imaginar os crioulos como parte de suas forças de defesa, os rebeldes não encaravam os africanos, sequer potencialmente, como possíveis integrantes da comunidade brasileira. A grande rebelião escrava de 1835, liderada por africanos muçulmanos, reforçou este preconceito e, quando os inimigos da Sabinada acusaram os rebeldes de alistar negros africanos, um

⁵ Proclamação, 14 de novembro de 1837. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1837, p. 1.

de seus periódicos declarou que “o simples fato de sermos baianos, e baianos livres” desmentia a acusação.⁶ Os africanos simplesmente não faziam parte da “nação” que os rebeldes imaginavam criar – e, entre esses, muitos também nutriam dúvidas a respeito dos escravos crioulos.

Embora a narrativa de Daniel sobre a Sabinada se constitua uma fonte histórica de valor inestimável, ela é notavelmente destituída de conteúdo político. Ele não tece qualquer comentário, por exemplo, a respeito das políticas raciais estabelecidas pela rebelião. Uma vez que as classes sociais superiores, brancas, fugiram de Salvador em novembro e dezembro, alguns observadores encararam a Sabinada como um conflito racial: “as características gerais da insurreição se alteraram desde o seu início e [...], no momento, aquelas relativas a uma guerra racial se destacam mais do que quaisquer outras”, escreveu, em janeiro, o vice-cônsul britânico.⁷ Os jornais rebeldes expressavam as frustrações de homens de cor, em processo de ascendência social, para quem as prescrições constitucionais a favor da igualdade representavam uma insuficiente proteção contra a discriminação. Sobre os inimigos da Sabinada, um jornal disse: “nos estão fazendo a guerra, porque são brancos, e na Bahia não deve existir negros, e mulatos, principalmente para subirem a postos, salvo quem for muito rico, e mudar as opiniões liberais”.⁸ Os apoiadores da Sabinada também se dividiam quanto à questão racial, sendo que alguns defendiam soluções mais radicais. Perto do final da revolta, um oficial da milícia dos homens negros, José de Santa Eufrásia, declarava que estava acostumado demais a ser governado por brancos e que, “a não ser estes, deveriam ser os negros que governassem a República”.⁹ Como se posicionava Daniel diante destas questões é algo impossível de se determinar a partir de suas memórias, mas seu silêncio a respeito da problemática racial é coerente com as diretrizes políticas adotadas por oficiais como ele – que pretendiam se afirmar como homens brancos – e com as opiniões de uma socialmente ascendente elite de “homens de cor” que se empenhava por integrar-se às classes mais altas alicerçada na afirmação de completa igualdade – o que significava que estes “homens de cor” tinham que evitar discussões explícitas a respeito de questões raciais.

⁶ **O Sete de Novembro**. Salvador, 25 de novembro de 1837, p. 2.

⁷ Vice Consul to Minister to Brazil, Salvador, 13 January 1838, Great Britain, Public Record Office, Foreign Office 13, vol. 143, vol. 187v.

⁸ **Novo Diário da Bahia**, Salvador, 26 de dezembro de 1837, p. 2.

⁹ Narrativa dos sucessos da Sabinada. **Publicações do Archivo do Estado da Bahia**, 1, 1937, p. 341.

As memórias de Daniel, como argumenta Paulo César Souza (1987, p. 49), mais se assemelham ao relatório de um “funcionário zeloso” do que ao de um líder rebelde movido por convicções ideológicas. Em uma dada altura de seu relato, Daniel assinala que os civis entusiasmados conduziam uma peça de artilharia de campanha “ao som de gritos de ‘vivas a Liberdade’ (e de ‘morram os marotos...’)”; o trecho, porém, é devotado essencialmente à crítica contra o oficial que permitiu que aqueles homens tomassem uma arma que não sabiam manejar.¹⁰ Em outro momento do relato, Daniel expressa seu desgosto com oficiais que, a despeito de ordens em contrário, continuavam a aceitar escravos em suas unidades, e se indaga sobre o que aconteceria com um governo “sendo a cada passo ludibriadas as suas ordens por aqueles que se apelidaram principais móveis da Revolução pugnando pela igualdade, e execução das Leis como antes blasonavam”.¹¹ Em contraste, Daniel se enxergava como um exemplar e correto servidor da República: “jamais me resolvi a capitular com a imoralidade e com o crime, fazendo punir os delinqüentes, assim que eram convictos de suas malfetorias, com os castigos que cabiam nas raias de minhas atribuições, como é notório, e de muitos ofícios e portarias transcritas nos periódicos”.¹² Para Daniel, obediência à lei, processos regulares e procedimentos justos constituíam o caminho para uma melhor sociedade.

Na manhã de 13 de março de 1838, Daniel e um outro oficial saíram numa embarcação para inspecionar as escarpas ao longo do lado oeste da cidade, procurando soluções para aperfeiçoar as defesas contra um possível ataque vindo do mar. Quando retornaram ao cais, notícias desastrosas os aguardavam. Forças inimigas haviam rompido as linhas de defesa da cidade no lado norte e rapidamente avançavam em direção ao centro, enquanto as tropas da Sabinada, ainda mais rapidamente, batiam em retirada. Neste ponto, a narrativa de Daniel se concentra nos acontecimentos dos quais ele participou pessoalmente, como tipicamente se apresentam as memórias de combate. Ele se dirigiu apressadamente para o Forte São Pedro, no extremo sul da cidade e próximo ao arsenal, onde tratou de supervisionar a distribuição de munições e armamentos às tropas rebeldes que ainda se encontravam em

¹⁰ Narrativa dos sucessos da Sabinada. **Publicações do Archivo do Estado da Bahia**, 1, 1937, p. 269.

¹¹ Idem, p. 277.

¹² Idem, p. 286.

ordem e sob disciplina. Talvez em função de sua distância em relação às áreas de combate, ele nada relatou sobre o massacre praticado contra os defensores: o relatório oficial do comandante das forças imperiais registra 1.091 rebeldes mortos, contra apenas 40 soldados do governo imperial. Além disso, surgiram, mais tarde, numerosas denúncias de assassinatos e atrocidades cometidas pelos soldados vitoriosos, especialmente contra os defensores negros da Sabinada. Das balaustradas do forte, Daniel via muitos edifícios do centro em chamas, assim como os incendiários, homens que ele não podia conter e que se aproveitavam para vingar-se de seus inimigos. Para seu grande desgosto, ele assistia ao colapso da disciplina: soldados em retirada invadindo lojas saqueadas e de lá saindo completamente embriagados, ao invés de enfrentarem o inimigo. Pior ainda, via oficiais rebeldes em trajes civis, abandonando seus postos, e um outro vagando pelo forte em completo estupor, talvez porque tivesse tentado se envenenar (o indivíduo se recuperou posteriormente). Em 15 de março, a situação ao redor do forte era desesperadora, com as tropas governamentais a somente umas poucas quadras de distância. Daniel, junto com outros poucos oficiais, conjecturou organizar uma retirada, seguindo pelo mar, junto à praia, na esperança de romper as linhas inimigas num ponto em que estas estavam menos adensadas. Eles, entretanto, consideraram que não tinham escravos suficientes para carregar seus suprimentos (aparentemente, não lhes ocorreu que eles poderiam carregar seus próprios suprimentos!). Por fim, às quatro horas da tarde, Daniel e um pequeno grupo, composto de alguns oficiais e soldados, abandonou o forte, conseguindo iludir as forças governamentais que se concentravam a partir do Sul e do Leste.

Neste ponto, a narrativa de Daniel se interrompe abruptamente, não apresentando qualquer indicação sobre como ele conseguiu evitar, por três anos, a prisão. Nosso protagonista somente reaparece em 1840, após o Imperador Pedro II, que teve sua coroação antecipada, haver decretado uma anistia a todos os que tivessem tomado parte em rebeliões contra seu reinado. Vez por outra, boatos o situavam em outras províncias, mas nenhum deles foi confirmado. Durante este período, as autoridades o atacaram com variadas acusações. Nenhum registro veio à luz a respeito do Conselho de Guerra instalado para julgar os cúmplices da Sabinada, mas as autoridades civis lançaram contra Daniel todas as incriminações possíveis, acusando-o por destruir a independência e a integridade do império, por ofender a constituição

e a família real, por injuriar o regente e, até, por fraude, pirataria, assassinato, suborno e agressão. Provavelmente a acusação mais séria era a de fomentar uma insurreição de escravos, especificada como participação em um violento movimento de vinte ou mais escravos que objetivavam a liberdade. Uma acusação desse tipo previa, como punição, a morte (assim como as acusações de assassinato). Mas as engrenagens da justiça se movimentavam lentamente no Brasil imperial e, em 1840, as acusações contra os companheiros de Daniel que haviam sido capturados ainda contavam com recursos e apelações em andamento. Todos eles sobreviveram para reivindicar os benefícios da anistia de 1840.

Pouco sabemos sobre o restante da vida de Daniel. De acordo com os termos da anistia, ele foi intimado a residir em São Paulo, onde mais uma vez tentou retomar sua carreira militar. Ele teve ousadia suficiente para requerer o pagamento de soldos atrasados – e não pagos – referentes ao período em que se manteve na clandestinidade, alegando que já havia restituído os valores que recebera ilegalmente durante o governo da Sabinada (como havia sido absolvido de todos os crimes, Daniel entendia que tinha o direito de perceber os soldos que teria recebido caso não se visse obrigado a manter-se escondido após o episódio). Este argumento tinha pouco fundamento legal e acabou rejeitado por completo. Em 1842, Daniel parece ter participado em uma breve rebelião liberal em São Paulo, após o que desapareceu de vista e, segundo boatos, teria aderido ao que restava da rebelião Farroupilha, um movimento republicano no extremo Sul do Brasil.

O segundo-tenente Daniel Gomes de Freitas tinha apenas 36 anos de idade quando perdemos os registros a seu respeito. Em seu curto período de existência (ou, ao menos, da parte de sua vida que podemos conhecer), ele vivenciou todas as difíceis e complexas contradições e disputas que os brasileiros tiveram de enfrentar após a Independência. As inúmeras rebeliões nas quais ele se envolveu demonstram claramente que a Independência não foi um processo pacífico ou consensual e, complementarmente, salientam que os brasileiros se encontravam profundamente divididos a respeito de temas e questões fundamentais. A Independência, ao menos no que interessava a Daniel, pouco ou nada definiu; ela, antes, franqueou à sociedade brasileira a possibilidade de um mais amplo debate a respeito da organização do Estado e da natureza da sociedade. Sua adesão aos ideais liberais pode parecer, hoje,

ingênua, mas ela ilumina exemplarmente quão poderosa e atrativa era, naqueles anos, a noção de igualdade perante a lei. A escravidão, é evidente, representava sempre um obstáculo, um limite, para os liberais e, para eles, era difícil admitir os escravos (e especialmente os africanos) como parte da nação. Uma reforma liberal efetiva poderia ter ampliado a sociedade brasileira e atendido muitas das aspirações de homens como Daniel, para quem a Independência ampliava as possibilidades de mobilidade social e de uma maior participação nos assuntos do Estado e da nação.

DANIEL GOMES DE FREITAS: A REBEL OFFICIAL FROM THE IMPERIAL BRAZILIAN ARMY

ABSTRACT

In October of 1837 battalions of the Brazilian army in Salvador rebelled against the imperial governor, took over town, declared Bahia an independent territory from Rio de Janeiro, and proclaimed, in this free province, a Republic. This paper has the objective to register the path of Daniel Gomes de Freitas, an official of the army that, during this rebellious movement known as “Sabinada”, acted as the Minister of the government of the insurgents’ war. The text points out several disputes that involved different political and military forces of the Brazilian State, in a post-independence period.

KEY-WORDS: *Bahia. Imperial Brazil. Sabinada.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARMAN, R. J. **Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852.** Stanford: Stanford University Press, 1988.

DUNDAS, R. *Sketches of Brazil.* London: John Churchill, 1852.

KRAAY, H. **Race, State, and Armed Forces in Independence-Era Brazil: Bahia, 1790s-1840s.** Stanford: Stanford University Press, 2001.

MATTOS, H. M. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

REIS, J. J. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835.** Ed. Revista e ampliada. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

SIERRA Y MARISCAL, F. de. Idéas geraes sobre a revolução do Brazil e suas consequências. **Anais da Biblioteca Nacional**, 43-44, 1920-1921.

SOUZA, P. C. **A Sabinada: a revolta separatista da Bahia (1837).** São Paulo: Brasiliense, 1987.